

## EDITORIAL

*Trabalho com a palavra e, ao buscá-la, sou encaminhado para ela, que se desdobra e aponta caminhos. (Manoel de Barros)*

Este é um momento de muitas indefinições, mudanças, indecisões, questionamentos e inseguranças sobre a vida e nosso modo de viver e de nos relacionar. Muito deste cenário descrito e vivido advém da situação por que passou e ainda passa o mundo e especialmente o Brasil, condições estas impostas pela pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) que se instalou no país desde março de 2020. Essa circunstância, que expôs a todas e todos à condição de iminência de contaminação, isolamento social, distanciamento social, *home office*, aulas síncronas e assíncronas, infundáveis reuniões e encontros de trabalho por plataformas online e aplicativos disponíveis na internet, nos levou a condições ainda indefinidas.

Porém, neste cenário a vida não parou, mesmo com todos os ajustes e reorganizações, continuamos a trabalhar, pesquisar, produzir conhecimento, publicar e dialogar com nossos grupos de pesquisa e pesquisadores. Nesse contexto, no qual “**os sonhos não podem ceder**” (Nilson Monteiro, 1994), chegamos à sétima edição da *Revista Humanidades em Perspectiva* e na segunda da *Revista Temática*, lançada neste ano de 2021.

Esta edição, que acabada de chegar às suas mãos, contempla sete artigos, que comunicam resultados finais ou parciais de pesquisas, estratos de trabalhos de conclusão de curso (TCC), entre outros; todos com expressiva relevância nos debates teóricos e nas análises, desenvolvidas por instrumentos e técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, histórica, pesquisas empíricas e relatos de experiências, vivenciados pelos pesquisadores e alinhados à temática central desta edição e à linha de pesquisa *Movimentos Sociais, Estado e Cidadania*.

Os trabalhos apresentados nesta edição, versam sobre as mais diferentes temáticas e abordagens de pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras, militantes, estudantes e demais profissionais, com amplo debate na área proposta. São temas contemporâneos, que necessitam com urgência de atenção, tanto na academia como fora dos muros acadêmicos, que precisam ser apropriadas pelos mais diferentes segmentos da sociedade civil.

Assim, o artigo *Estudo de caso da política institucional e democrática para a produção das políticas públicas de equidade de gênero no município de Garanhuns - PE ao longo do ano de 2019* apresenta um estudo de planos de trabalho desenvolvidos junto ao

Centro Especializado de Atendimento à Mulher e à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Garanhuns, como também um diálogo e pesquisa de campo nos órgãos correspondentes. Outro trabalho que nos convida à leitura e à reflexão, na perspectiva de gênero, é a questão da violência. Em *Violência contra a mulher: consequências e políticas de enfrentamento* discutem-se, a partir de produções empíricas, os impactos e consequências da violência na saúde mental de quem a sofre. Esse é um tema de suma importância, uma vez que, no Brasil, os casos de violência doméstica se multiplicam a cada ano; problematizar o assunto é uma das formas de falar sobre a violência e transformar a realidade de muitas mulheres e famílias expostas a esta situação de vulnerabilidade.

O artigo *Movimentos sociais e democracia: o movimento negro no Brasil* descreve o processo histórico da escravidão como uma grande mancha na história, pois trouxe dor, exploração e desigualdade. Neste contexto, a pesquisa estuda a luta do movimento negro para ter seus direitos básicos reconhecidos no Brasil e a construção de políticas públicas para responder às necessidades da população negra.

O trabalho que discute *O controle social como ferramenta estratégica no sistema público de saúde brasileiro* enfatiza a participação popular na história do Brasil, as ações que promoveu para efetivar importantes direitos sociais. Aborda o direito ao acesso à saúde pública como uma das mais relevantes conquistas do povo brasileiro, que teve como ponto de partida a Reforma Sanitária e a Constituição Federal de 1988. Posteriormente, com a Lei 8.080/90, que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS), garantiu-se a participação da sociedade civil na formulação e avaliação desta política pública, por meio dos Conselhos e Conferências de Saúde.

Na linha da representatividade política, o artigo *Um eleito, vários cidadãos: elementos de representatividade nas candidaturas de mandado coletivo das capitais brasileiras* aborda elementos de representatividade a partir do perfil das candidaturas coletivas e compartilhadas das capitais do país, nas eleições municipais de 2020. Apesar de o fenômeno não estar regulamentado no sistema legal de eleições do Tribunal Eleitoral, os mandatos coletivos vêm representando nas últimas eleições uma forma de reunir multiplicidade de vozes, diversidade de bandeiras ideológicas e amplitude de pautas públicas de minorias e grupos em situação de vulnerabilidade.

O debate em torno do nacionalismo, como corrente de pensamento, é o tema do artigo *Nacionalismo: uma perspectiva econômica para o século XXI*. As ações sobre esse movimento ocorrem na disputa do poder entre a população local e o setor privado, na sua forma nacional e internacional, como proposta de formar uma consciência nacional a respeito

dos recursos exploráveis. Nessa mediação entre a população local e as forças internacionais, a economia pode ser a mediadora, pois os processos já se encontram disponíveis, só resta à população participar de um movimento nacionalista que possa contribuir e elevar a receita dos setores da Educação, Saúde e Transportes, diferentemente do que tradicionalmente está posto sobre o nacionalismo e suas imperfeições.

O conceito de segurança pública voltada para a população infantojuvenil no Brasil é o tema que sustenta a discussão do artigo *O paradoxo da infância e adolescência no contexto da segurança pública brasileira*, a partir da análise de dois indicadores sociais que retratam a situação de crianças e adolescentes no Brasil. Aponta para os limites da proteção integral dessa população, através das políticas públicas intersetoriais. Contraditoriamente o que se observa é uma atuação punitiva e repressiva do Estado em relação à infância e juventude, com um forte recorte classista e racista, que limita a concepção de segurança pública cidadã.

Por fim, o trabalho denominado *60 anos de legalidade: como o jornal Correio do Sul defendeu seu posicionamento com a produção de discursos simbólicos de patriotismo* apresenta a crise política gerada com a renúncia do presidente Jânio Quadros. O artigo volta-se para a análise da repercussão deste fato histórico na perspectiva de um jornal de uma cidade tradicional do interior do Rio Grande do Sul que, em seus editoriais, descreve as ameaças à democracia pela tentativa de impedir que o vice-presidente, João Goulart, assumisse a presidência. Um belo convite para entender o processo histórico da época!

Nosso muito obrigada e todos e todas que submeteram seus trabalhos à *Revista Humanidades em Perspectiva*.

Boa leitura e até breve!

Equipe Editorial da Revista Humanidades em Perspectivas.